



Expresso

09-09-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 757 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/5

Cartel del Fuego fez €50 milhões em Portugal

Duas empresas de meios aéreos investigadas em Espanha há um ano somam adjudicações desde 2012 PS

Cartel fatura 50 milhões em Portugal

Duas empresas espanholas selaram contratos com a extinta **EMA, INEM e Proteção Civil** entre 2012 e 2017

Chamam-lhe Cartel del Fuego. Há mais de um ano que um grupo de seis empresas de meios aéreos de Valência, Córdoba, Alicante, Sevilha e Badajoz está na mira da Justiça espanhola, por alegada manipulação nos preços dos concursos de aviões e helicópteros de combate a incêndios em Espanha, França, Itália e Portugal. A investigação, que ultrapassou as fronteiras espanholas, está igualmente nas mãos da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária (PJ) e do Ministério Público português, depois da principal testemunha, Francisco Alandí, ex-colaborador da Avialsa, ter revelado que o grupo contava com um facilitador "muito influente" em Portugal que tinha a missão de assegurar as adjudicações a preços elevados através de uma rede de contactos institucionais. Os esquemas fraudulentos ter-se-ão realizado desde 2005.

Uma fonte da PJ garante que o processo está "numa fase muito sensível" e o gabinete da PGR adianta que "existem investigações em curso relativas à matéria dos meios aéreos de combate aos incêndios", que se encontram "em segredo de justiça". Ao contrário do que acontece em Espanha — onde já foram realizadas algumas detenções e há 26 pessoas a serem investigadas — em Portugal não existiram suspeitos formais, desconhecendo-se por enquanto se foram já ouvidas testemunhas. Mas todos os concursos em que participou o Cartel del Fuego estão a ser alvo de escrutínio em Lisboa.

Nos últimos cinco anos, duas das empresas sob suspeita, a Avialsa e a Babcock (ex-INAER), fizeram negócios com a extinta Empresa de Meios Aéreos (EMA), com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). O valor total das 44 adjudicações ronda os 50 milhões de euros,

apurou o Expresso. Mas segundo a imprensa espanhola, os negócios do "Grupo dos 6" em terras lusas podem até ultrapassar os 100 milhões de euros, já que algumas das empresas terão feito parcerias com firmas portuguesas.

Só a EMA — empresa de capitais públicos que foi alvo de uma polémica liquidação em 2014 por parte do então ministro da Administração Interna, Miguel Macedo e de uma investigação da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) — pagou 4 milhões de euros à Avialsa, empresa do espanhol Vicente Huerta que está no centro do furacão judicial em Espanha. Esse foi o valor pela aquisição de um serviço de aluguer de quatro aviões médios anfíbios e dois aerotanques anfíbios, em fevereiro e junho de 2012.

Esta semana, o "Público" revelou que uma empresa portuguesa de Tondela subcontratou a mesma Avialsa em 2015 para a utilização de meios aéreos para os fogos, depois de ganhar num concurso público internacional de 5 milhões de euros.

A INAER (adquirida em 2014 pelos ingleses da Babcock) soma desde 2012 mais de quatro dezenas adjudicações em solo português que atingiram os 47 milhões de euros, segundo a informação que consta na base de dados *online* que publi-

ca os contratos públicos. Dois dos principais clientes têm sido o INEM e a Proteção Civil.

Atacar "com todo o arsenal"

As duas empresas espanholas visadas não responderam às perguntas até ao fecho desta edição. Mas o INEM confirma que o contrato celebrado com a INAER para a prestação de serviços de helitransporte de emergência médica, iniciado em maio de 2013 e em vigor até ao final do ano, foi objeto de concurso público internacional. "As regras do concurso foram preestabelecidas e publicitadas pelos meios adequados e legais, e os valores limitados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 55/2012, tendo o mesmo sido visado pelo Tribunal de Contas." O INEM diz ainda desconhecer em absoluto terem existido, ou existirem, "factos suscetíveis de qualquer suspeita no que concerne ao contrato estabelecido entre este Instituto e a INAER". E garante estar "inteiramente disponível para colaborar com as autoridades judiciais".

A ANPC diz não se pronunciar "sobre matérias em investigação do foro judicial". Já uma fonte do MAI admite que "se houver acusações, a IGAI pode avançar com um processo disciplinar".

A imprensa espanhola garante que o Estado português pagou três vezes mais pelos serviços destas empresas, "que primeiro decidiam quem seria o vencedor e depois dividiam o dinheiro entre si". Em 2010, o Cartel del Fuego terá repartido os lucros provenientes do aluguer de 1,6 milhões de euros de dois hidroaviões a Portugal. "Temos o prato principal este ano em Portugal e vamos atacar com todo o arsenal disponível", escreveu nesse ano um dirigente num *e-mail* revelado durante a investigação.

HUGO FRANCO
 hfranco@expresso.imprensa.pt

"TEMOS O PRATO PRINCIPAL ESTE ANO EM PORTUGAL E VAMOS ATACAR COM TODO O ARSENAL"